

SUBCARTEL – Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, destinada a discutir e oferecer soluções às práticas monopolistas em prejuízo dos produtores rurais brasileiros.

54ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

REQUERIMENTO Nº /2013

Requer que a Comissão de Agricultura aprecie a proposta de Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Combate à Cartelização do Agronegócio no Brasil, destinada a discutir e oferecer soluções às práticas monopolistas em prejuízo dos produtores rurais brasileiros.

I – OBJETIVO

Analizar e propor medidas para combater o processo de cartelização do Agronegócio brasileiro:

- Objetivos Específicos:

- Apresentar diagnóstico atualizado dos maiores problemas de cartelização do agronegócio brasileiro;
- Discutir o tema à luz da compatibilização dos interesses da soberania nacional com os objetivos de expansão das grandes empresas que atuam no agronegócio brasileiro;
- Examinar e encaminhar proposições para a regulação do tema conjuntamente com o governo federal, ou por iniciativas próprias do Poder Legislativo.
- Denunciar aos Órgãos competentes a formação de cartel no agronegócio brasileiro

II – Atividades e Providências Fundamentais:

- Realizar Audiências Públicas na Câmara Federal
- Realizar Encontros Regionais / Estaduais
- Solicitar assessoramento da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

III – Instituições e Entidades a serem Convidadas para as Audiências Públicas:

- 1 - Setor Público:** - Ministério da Agricultura (**MAPA**) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**) - Ministério das Relações Exteriores (**MRE**) – **Casa Civil** da PR - Ministério da Fazenda (**MF**) - Ministério da Indústria e

Comércio Exterior (**MDIC**) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (**MPOG**) - Advocacia Geral da União (**AGU**) - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – (**BNDES**) - Câmara de Comércio Exterior (**CAMEX**) - Conselho Administrativo de Defesa Econômica (**CADE**) - Secretaria de Direito Econômico (**SDE**) - Confederação Nacional dos Municípios (**CNM**) - Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (**CONSEAGRI**) – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (**APEX**) – Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (**SAE/MF**).

2 - Setor Privado: - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (**CNA**) - Confederação Nacional da Indústria (**CNI**) - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (**CONTAG**) – Organização das Cooperativas Brasileiras (**OCB**) – Associação Brasileira do Agronegócio (**ABAG**) – Fórum Nacional Sucroenergético – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (**ABIEC**) – Associação Brasileira de Frigoríficos (**ABRASFRIGO**) - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (**ABIPECS**) - União Brasileira de Avicultura (**UBA**) – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Saúde Animal (**SINDAN**) – Associação Brasileira dos Supermercados (**ASBRA**) - Associação Brasileira de Sementes e Mudas (**ABRASEM**) - **MARFRIG** – **JBS** – **Ouro Fino Agronegócio** – **Grupo Merck Brasil** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – **FETRAF/Brasil** – União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – **UNICAFES** – Associação Brasileira de Sementes e Mudas – **ABRASEM** – Associação Nacional para Difusão de Adubos – **ANDA** – Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF** – Companhia Vale do Rio Doce – Brasil Foods (**BRF S.A.**) – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (**ABCZ**) – Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (**ACRISSUL**) – Frente Nacional da Pecuária – **FENAPEC**.

3 – Entidades de análises e estudos: - Escola Superior de Agricultura – **Esalq/USP** – Fundação Getúlio Vargas – **FGV**- Instituto de Pesquisa Econômica – **IPEA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - **Embrapa** – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – **DESER**.

V – Subtemas para as Audiências Públicas: dados e informações sobre o tema; marco regulatório atual no Brasil; efeitos econômicos (investimentos, renda, emprego, concorrência, etc); efeitos potenciais no mercado; regras de transparência e controle social, entre outros; informações sobre empresas que fecharam e que estão em dificuldade por consequência da cartelização.

VI – Cronograma (a ser detalhado após o recebimento de contribuições a esta proposta)

Reuniões ordinárias às quartas-feiras, com reuniões internas no período para avaliação dos trabalhos.

FASE 1 – Audiências Públicas com entidades de classe e da sociedade civil em geral

1º Relatório Parcial

FASE 2 – Audiências Públicas com órgãos entidades do setor público
2º Relatório parcial

FASE 3 – Audiências Regionais (a definir)

FASE 4 – Elaboração, sistematização, discussão e aprovação do Relatório Final

Deputado MOREIRA MENDES – Presidente

Deputado BERNARDO SANTANA DE VASCONCELOS - Relator